

Psicologia escolar e educação inclusiva para crianças autistas

Máisa Ribeiro Ataídes¹, Fabiana Darc Miranda²

¹ Pesquisadora, graduanda do curso da Faculdade de Psicologia da UniRV

² Orientadora, Pesquisadora, Psicóloga. Mestre e Docente do curso de Psicologia da UniRV, fabianadarc@unirv.edu.br.

Reitor:

Prof. Me. Alberto Barella Netto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:

Prof. Dr. Carlos César E. de Menezes

Editor Geral:

Prof. Dra. Andrea Sayuri Silveira Dias Terada

Editores de Seção:

Profa. Dra. Ana Paula Fontana

Prof. Dr. Hidelberto Matos Silva

Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Profa. Dra. Muriel Amaral Jacob

Prof. Dr. Matheus de Freitas Souza

Prof. Dr. Warley Augusto Pereira

Fomento:

Programa PIBIC/PIVIC UniRV/CNPq 2022-2023

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, que pode apresentar sintomas variados, principalmente dificuldades e comprometimento na comunicação e interações sociais e restrição em atividades de interesse. Nessa vertente a escola se apresenta como um ambiente com importância para além do processo de aprendizagem, atuando na construção dos processos de interação social, comunicação, desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Essa pesquisa possui como objetivo, compreender a escolarização de estudantes autistas diante da relação entre educação inclusiva e a atuação do psicólogo escolar. Foi empregado como método a pesquisa bibliográfica exploratória, ressaltando o interesse em futuras pesquisas, sendo essas mais aprofundadas. Os resultados obtidos apontam que as crianças autistas geralmente apresentam dificuldades de comunicação, socialização e no uso da imaginação, o que acarreta em diversas adversidades no que tange à escolarização e socialização, tornando-se indispensável a educação inclusiva e a atuação do psicólogo nesse contexto como facilitador deste processo.

Palavras-Chave Escolarização. Transtorno do Espectro Autista. Psicologia Educacional.

School Psychology and inclusive education for children with autism

Abstract: Autism Spectrum Disorder (ASD) is classified as a neurodevelopmental disorder, which can present varied symptoms, mainly difficulties and impairments in communication and social interactions, as well as restrictions in activities of interest. In this context, school emerges as an environment with significance beyond the learning process, playing a role in the construction of social interaction and



communication processes, psychomotor and cognitive development. This research aims to understand the schooling of autistic students in the context of the relationship between inclusive education and the role of the school psychologist. Exploratory bibliographic research was employed as the method, emphasizing the interest in future, more in-depth studies. The results indicate that autistic children often face difficulties in communication, socialization, and the use of imagination, leading to various challenges regarding education and socialization, making inclusive education and the involvement of the school psychologist essential in facilitating this process.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Schooling. Psychology.

Introdução

A *American Psychological Association* – APA (2014) propõe no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) popularmente denominado de autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento, que apresenta um grupo de características específicas, compreendidas principalmente em dificuldades e comprometimento na comunicação e interações sociais e restrição em atividades de interesse. Deste modo entende-se que o TEA afeta o desenvolvimento social, cognitivo e comportamental podendo variar sua intensidade de comprometimento desde um grau leve até um grave.

Tendo visto os sintomas apresentados por indivíduos autistas entende-se que o desenvolvimento atípico nos quesitos sociais e cognitivos podem ocasionar em um isolamento deste indivíduo. Nesse contexto, a escola além de sua contribuição no que tange à aprendizagem, atua também como um ambiente crucial no que diz respeito à construção dos processos de interação social e comunicação. Ainda sobre a escolarização, no Brasil está legalmente previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”.

Os professores de crianças com TEA precisam adquirir conhecimento acerca da problemática do aluno, obtendo informações e orientações em relação ao desenvolvimento da criança como um todo. Pimentel (2013). A partir desta preocupação com desenvolvimento da criança surge a educação inclusiva, que de acordo com Braga; Bedaque (2018) baseia-se em uma visão da educação fundamentada nos direitos humanos, prezando pela igualdade.

No contexto escolar é preciso realizar mudanças no que tange a representação social da criança autista, demonstrando a relevância da escola e do professor nesse processo. Portanto a atuação do professor neste contexto deve ser baseada na compreensão ampla e geral dos aspectos relacionados ao TEA, possibilitando pautar sua prática profissional de forma mais específica (Kupfer, 2004). Compreendendo que a educação inclusiva é uma modalidade de ensino que visa um acesso à educação de forma mais igualitária, surge, portanto, a necessidade de compreender como este processo educacional de forma inclusiva pode afetar a aprendizagem de crianças neuro atípicas.

Essa pesquisa teve como objetivo compreender a escolarização de estudantes autistas diante da relação entre educação inclusiva e a atuação do psicólogo escolar. Levando-se em consideração a grande quantidade de indivíduos diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), surge uma necessidade de compreender quais as demandas desses indivíduos, principalmente no contexto escolar para que se esclareça o papel da educação inclusiva e do acompanhamento escolar especializado, haja visto, que o ambiente escolar é de suma importância para o desenvolvimento humano tanto no âmbito cognitivo quanto no social.

Material e Métodos

Foi empregado como método a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, que de acordo com Gil (2008) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (p.27). Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases

de dados do *Google Scholar* e *Scielo*. Os artigos empregados neste estudo possuem suas publicações datadas entre 2014 a 2023, como forma de garantir a relevância do assunto pesquisado. Obras com mais de 15 anos de publicação também foram inseridas, uma vez que as mesmas dizem respeito à legislação brasileira ou são obras clássicas acerca da temática abordada. Foram usados artigos e livros em português e inglês.

Resultados e Discussão

O autismo teve sua primeira descrição oficial realizada pelo psiquiatra infantil Leo Kanner, em 1943 sendo realizado por ele relatos de 11 crianças que ele descreveu como portadoras de um “distúrbio inato do contato afetivo”, portanto, estas crianças segundo seu ponto de vista já nasciam sem interesse no contato social. Kanner (1943), via o autismo como uma resposta a um modelo de criação da criança sem a presença de valores emocionais e em virtude disso ele se retrairia em uma espécie de mundo particular. O conceito de autismo só foi validado no final da década de 1970, porém somente em 1980 é que o TEA foi incluído DSM-III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), sendo descrito como pertencente a classe de Transtorno Pervasivo do Desenvolvimento (TPD). Atualmente o termo transtorno pervasivo do desenvolvimento foi substituído por transtorno do espectro autista no DSM-V (APA, 2014), estabelecido na categoria de Transtornos do Neurodesenvolvimento (TND).

No que se refere a escolarização da criança autista Brasil, a legislação garante os direitos destas crianças bem como das crianças típicas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, ECA, 1990) garante em seu artigo 54, parágrafo III, o “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ainda nessa vertente, visando a garantia da inclusão no contexto escolar, no que se refere às políticas públicas brasileiras foi criada e publicada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008). Essa política busca reafirmar e reforçar os direitos à educação inclusiva que até então não estava totalmente consolidada.

Em relação ao acompanhamento de crianças autistas, compreende-se que é de suma importância a realização de intervenção interdisciplinar, aplicando-se desde técnicas de mudança comportamental até a implementação de programas educacionais (Braga; Belchior; Santos, 2015). Nesse cenário é possível notar que existe uma certa necessidade no diz respeito a formação dos profissionais que atuam nesta área, tendo em vista que a educação inclusiva de crianças autistas apresenta demandas diferentes das requeridas na escolarização de crianças típicas, portanto, a especialização nessa área de atuação é fundamental para que seja ofertado o melhor serviço possível.

O atendimento educacional especializado – AEE, de acordo Braga, Bedaque (2018) possui como fundamentação a identificação, elaboração e organização de diferentes recursos de cunho pedagógico e de acessibilidade, buscando diminuir os empecilhos que possam interferir no desenvolvimento do estudante. O AEE apesar de ser empregado no contexto escolar estabelece um apoio no desenvolvimento além das dependências da escola, colaborando também para o desenvolvimento deste aluno fora da escola. Ademais, os estudantes com TEA necessitam de uma rede de apoio profissionalizada de diversas áreas de atuação como professores, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e neuropediatras.

Pensando na atuação do psicólogo escolar, diante da demanda apresentada pela educação inclusiva, percebe-se que seu trabalho não se prende aos fazeres clínicos geralmente atribuídos à psicologia. Em uma proposta de escola inclusiva, a influência profissional do psicólogo escolar dentro destes ambientes, visa trabalhar em conjunto com os agentes educacionais e com a família, buscando um delineamento das demandas de cada criança, de modo a pensar no desenvolvimento e bem-estar psicossocial da mesma. Nesse sentido compreende-se que o Psicólogo Escolar dentro de sua atuação direta com as crianças, pode auxiliar no desenvolvimento psíquico da mesma, tornando viável uma integração harmoniosa entre escola, sociedade e família (Sacramento; Silva, 2019).

Del Prette (2002, p.26) afirma que:

O conhecimento psicológico disponível sobre os fundamentos da educação e dos processos de ensino, sobre relações humanas e sobre alternativas construtivas na promoção de recursos profissionais e para-profissionais, aliado ao conhecimento das questões pedagógicas, culturais e políticas que caracterizam os atuais desafios da educação, conferem ao psicólogo uma habilitação particularmente desejável para a atuação efetiva nessa área.

Nesse contexto, é possível apontar que os conhecimentos adquiridos e produzidos por meio da psicologia podem contribuir de forma relevante não só para a formação e atuação do psicólogo escolar, mas também para o aperfeiçoamento dos demais profissionais envolvidos na escolarização inclusiva de crianças autistas. Portanto, a psicologia escolar surge como intermediador desse processo de integração, estabelecendo um canal de comunicação entre as partes interessadas, viabilizando a construção de uma escola que inclua seus alunos de forma mais efetiva.

Conclusão

A Psicologia Escolar enquanto área da psicologia, intenciona-se a desenvolver práticas e pesquisas voltadas para a escola, buscando abordar as relações e interações realizadas nesse espaço, viabilizando subsídios para o desenvolvimento multifatorial da criança bem como o avanço das práticas educativas, empregadas pelos agentes educacionais. Em relação às crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, percebe-se que a atuação profissional do psicólogo na escola é capaz de contribuir para um processo de escolarização inclusiva, tornando a educação mais igualitária.

Diante do exposto percebe-se que a educação inclusiva é um direito garantido pela legislação brasileira, mas que sua construção enquanto um processo acessível a todos que dela precisam, ainda apresenta certas barreiras a serem quebradas. Nota-se ainda, que esse processo de escolarização, caminha para além da necessidade de alfabetização e aquisição de conhecimentos acadêmicos, uma vez que, a escola possibilita diversos tipos de interações pertinentes ao desenvolvimento e bem-estar da criança.

A pesquisa bibliográfica de caráter exploratório demanda como característica a obtenção de uma visão mais ampla e generalista para que a posteriori seja desenvolvido pesquisas mais concretas. Nesse sentido, compreende-se que há uma necessidade em desenvolver mais pesquisas com conteúdos práticos que abordem sobre a Psicologia Escolar concomitantemente com a criança autista e seu processo de escolarização.

Agradecimentos

À Universidade de Rio Verde pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BRAGA JÚNIOR, Francisco Vander; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento Educacional Especializado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista: trajetória e orientações**, 2018.

BRAGA JÚNIOR, Francisco Varder; BELCHIOR, Michele Sales; SANTOS, Sarah Teles dos. **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e o atendimento educacional especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28/09/2022

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão, v.4,n.1, p.7-17, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>>. Acesso em: 20/09/2022.

DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia, educação e LDB**. 2002 In R. S. L. Guzzo (Ed.), *Psicologia escolar: LDB e a educação hoje* (pp. 11-34). Campinas, SP: Alínea.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
KANNER, Leo et al. **Autistic disturbances of affective contact**. Nervous child, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943.

KUPFER, Maria Cristina Machado. Pré-escola terapêutica Lugar de Vida: um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento. **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**, 2004

PIMENTEL, A. G. L. **Autismo e escola: perspectiva de pais e professores**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SACRAMENTO, S. J. S; SILVA, M. S. A atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 167, p. 1-23, 2019.